Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão

Despacho (extracto) n.º 10 878/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2005 do presidente:

Paulo Américo Felizardo da Silva — rescindido, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento, na categoria de equiparado a assistente, em regime de tempo parcial (60%), com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2005.

22 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Despacho (extracto) n.º 10 879/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Albino Colaço — promovido a encarregado do pessoal auxiliar, precedendo concurso, com efeitos a partir da data da aceitação.

22 de Abril de 2005. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Rectificação n.º 832/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação do contrato (extracto) n.º 694/2005, de Maria Manuel Mendes Ribeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de Março de 2005, a p. 5068, rectifica-se que onde se lê «validade até 31 de Agosto de 2006» deve ler-se «validade até 31 de Agosto de 2005».

26 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos Soares Fernandes*.

Rectificação n.º 833/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação do contrato (extracto) n.º 714/2005, de Christine Isabelle Anne Remy, publicado na p. 5070 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de Março de 2005, rectifica-se que onde se lê «validade até 31 de Agosto de 2005» deve ler-se «validade até 31 de Agosto de 2006».

26 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos Soares Fernandes*.

Rectificação n.º 834/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação do contrato (extracto) n.º 666/2005, de Maria Manuel Mendes Ribeiro, publicado na p. 4940 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 30 de Março de 2005, rectifica-se que onde se lê «validade até 31 de Agosto de 2006» deve ler-se «validade até 31 de Agosto de 2005».

26 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos Soares Fernandes*.

Rectificação n.º 835/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação do despacho (extracto) n.º 6734/2005, de Maria Esperança Ribeiro Pinto Gonçalves, publicado na p. 5070 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de Março de 2005, rectifica-se que onde se lê «Esperança Ribeiro Pinto Gonçalves» deve ler-se «Maria Esperança Ribeiro Pinto Gonçalves».

26 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos Soares Fernandes*.

Instituto Superior de Engenharia

Rectificação n.º 836/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação do contrato (extracto) n.º 993/2005, de Paulo Sérgio Perames Paraíso, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, a p. 6331, rectifica-se que onde se lê «celebrado contrato administrativo de provimento» deve ler-se «renovado o contrato administrativo de provimento».

26 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos S. Fernandes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Louvor n.º 1179/2005. — Ao completarem-se, no corrente ano, 25 anos de actividade do Instituto Politécnico de Santarém, é da mais elementar justiça reconhecer a invulgar dedicação, competência e sen-

tido de responsabilidade do administrador do Instituto, Dr. Mário de Jesus Mota.

Ao serviço desta instituição desde 14 de Setembro de 1981, tem vindo a desempenhar as suas funções com disponibilidade, lealdade e espírito de colaboração para com todos os presidentes deste Instituto, os responsáveis dos órgãos directivos das suas unidades orgânicas e restante comunidade institucional. Tem sido, também, um elemento preponderante no desenvolvimento e no prestígio da instituição, pelo que me apraz conferir-lhe público louvor.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *Jorge Alberto Guerra Justino*.

CENTRO HOSPITALAR DO BARLAVENTO ALGARVIO, S. A.

Aviso n.º 5059/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, S. A., de 6 de Abril de 2005:

Julietta da Glória Gonçalves, Carla Cristina Gonçalves Nobre e Maria Irene de Sousa Horta Messias — nomeadas, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Abril de 2005, precedendo o concurso n.º 07/04 — interno de acesso limitado para provimento de três lugares de técnico profissional de 1.ª classe da carreira de secretário-recepcionista do quadro de pessoal do Hospital do Barlavento Algarvio, S. A., aprovado pela portaria n.º 375/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 1 de Abril de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Abril de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Tiago Botelho Martins da Silva*.

HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, S. A.

Aviso (extracto) n.º 5060/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração de 14 de Abril de 2005:

Dr. Fernando Manuel Correia de Barros, assistente graduado de medicina interna do quadro de pessoal do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., Barreiro — autorizado o regime de trabalho de quarenta e duas horas em exclusividade, com efeitos a 1 de Maio de 2005.

22 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Guilherme Caranguejeiro*.

HOSPITAL DE SANTA CRUZ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 693/2005. — Por deliberação de 31 de Março de 2005 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A., foi autorizada a atribuição do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) aos enfermeiros do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A., a seguir mencionados por um período de seis meses a partir de 4 de Abril de 2005:

Ana Rute Silva Duarte.
António João Proença Machas.
Carla Maria Folgado Costa Machas.
Eugénia do Rosário Lopes Delgado Freire Nogueira.
Luísa Maria dos Reis Macau.
Paula Luísa da Silva Santos Simões Carvalho.
Maria Regina de Sousa dos Santos de Oliveira.
Mónica Isabel Gato Henriques.
Nuno José Marques Nogueira.
Sílvia Isabel Vidal dos Reis Santos.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Abril de 2005. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre*.

HOSPITAL DE SÃO GONÇALO, S. A.

Deliberação n.º 694/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Gonçalo, S. A., de 26 de Abril de 2005:

António José Silva e Sousa — nomeado, precedendo concurso interno limitado de acesso, técnico especialista de cardiopneumologia do

quadro de pessoal do Hospital de São Gonçalo, S. A. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Alberto Vaz*.

HOSPITAL DE SÃO TEOTÓNIO, S. A.

Deliberação n.º 695/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Teotónio, S. A., de 21 de Abril de 2005:

João Rui Duarte Farias Nogueira, enfermeiro, do quadro de pessoal do Hospital de São Teotónio, S. A., Viseu — autorizada a antecipação da data do término do regime de trabalho a tempo parcial de 30 de Junho de 2005 para 31 de Maio de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2005. — O Administrador da Área de Recursos Humanos, *Luís Botelho*.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Editais n.º 581/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos se torna público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 18 de Abril de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo dos artigos 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Laura Mata (cédula profissional n.º 12 246-L), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

18 de Abril de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Editais n.º 582/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos se torna público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 15 de Abril de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo dos artigos 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Rodrigo Varela Martins (cédula profissional n.º 14 409-L), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

18 de Abril de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Editais n.º 583/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos se torna público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 21 de Abril de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo dos artigos 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Fernando Herrera de Sousa Ribeiro (cédula profissional n.º 8202-P), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

22 de Abril de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Editais n.º 584/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos se torna público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 27 de Abril de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo dos artigos 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral

de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Augusta Quintanilha (cédula profissional n.º 4573-C), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

27 de Abril de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Editais n.º 585/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos se torna público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 22 de Abril de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo dos artigos 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Augusta Coelho (cédula profissional n.º 6379-P), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

27 de Abril de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Editais n.º 586/2005 (2.ª série). — Informa-se que, por força da interposição da providência cautelar que corre os seus termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, sob o n.º 1437/04.1BEBRG, em que é requerente o Dr. Júlio Álvares Pestana, titular da cédula profissional n.º 3050-P, com domicílio profissional na Rua de Guilherme José Silva, 6, 1.º, em Valença, o acto do conselho superior de 3 de Setembro de 2004 que suspendeu a inscrição como advogado do requerido se encontra suspenso na sua eficácia até decisão judicial transitada em julgado.

Mais se informa que, em consequência do supra-referido, se dão por suspensos todos e quaisquer actos de publicação, notificação ou outros de execução da referida pena, designadamente o edital n.º 486/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Abril de 2005, cujo teor já tinha sido objecto de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2016/2004, de 27 de Dezembro de 2004, pelo Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados.

4 de Maio de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

Regulamento n.º 35/2005. — *Acreditação das actividades de formação contínua:*

Preâmbulo

A importância da formação contínua dos médicos dentistas, que ao nível da União Europeia será tendencialmente obrigatória, obriga a Ordem dos Médicos Dentistas a assumir a responsabilidade do controlo das acções formativas dos seus membros e a organização dos respectivos programas, definindo a sua regulamentação.

A proliferação de entidades, públicas e privadas, que têm vindo a desenvolver e aplicar acções de formação, sem qualquer controlo quanto à sua valia técnica e científica, rigor de conteúdo e condições de funcionamento, leva a que se deva ter a maior das atenções, particularmente na defesa dos colegas que às mesmas recorrem sem quaisquer garantias de qualidade. Daí que importe definir um conjunto de regras que permitam organizar o sistema e conferir a todos o grau de confiança que se exige, na certeza de que os cursos, eventos ou acções são validamente acreditados pela Ordem dos Médicos Dentistas.

Nesta perspectiva, serão instituídas normas regulamentares respeitantes à acreditação de eventos científicos, numa primeira fase, e à creditação individual dos médicos dentistas, numa segunda fase.

Sem prejuízo doutra legislação aplicável, e após ter sido acordada a proposta final de regulamento pela comissão técnico-científica da Ordem dos Médicos Dentistas, o conselho directivo da Ordem dos Médicos Dentistas delibera o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Competência

1 — A Ordem dos Médicos Dentistas (OMD) organizará, promoverá e acreditará actividades de formação, de acordo com a política